

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Eneva vai investir R\$ 1,8 bi no Norte	2
Título: Destaques	3
Título: Curtas	4
Título: Solução para um mundo em transformação	5
Título: É contraproducente BC agir antes da reforma	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: ANP prevê queda em royalties em São Paulo.....	12
Título: Um desastre em vermelho.....	13
Título: » No.....	15
Título: Governadores buscam aporte de R\$ 15 bi para este ano	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/06/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Eneva vai investir R\$ 1,8 bi no Norte**

O leilão de geração de energia de Roraima realizado na sexta-feira foi considerado um sucesso, ao contratar 263,5 megawatts (MW) de potência disponível para abastecer o estado, hoje dependente de termelétricas caras e ineficientes, o que resulta em apagões frequentes - 45 apenas neste ano, segundo o governo estadual. O governo estima que os projetos envolverão investimentos de R\$ 1,6 bilhão na região, mas o montante é maior, uma vez que esse valor inclui apenas os empreendimentos de geração em si. Apenas a Eneva, que vai instalar uma termelétrica a gás natural nas proximidades de Boa Vista, prevê investir R\$ 1,8 bilhão.

O leilão contratou 225,4 megawatts (MW) em potência do subproduto gás e renováveis e outros 38,1 MW em uma termelétrica a óleo diesel. O maior projeto é a termelétrica Jaguatirica II, da Eneva, que será abastecida com o gás de Azulão, extraído no Amazonas. A usina terá 126,3 MW de potência e foi contratada ao preço de referência de R\$ 798,17 por megawatt-hora (MWh), deságio de 26% ante o preço teto, de R\$ 1.078 o MWh.

Segundo Marcelo Habibe, diretor financeiro da Eneva, a companhia deve financiar parte do total estimado com debêntures de infraestrutura, que serão finalizadas em meados do segundo semestre. A companhia também espera que saia ainda neste ano um financiamento de R\$ 500 milhões com o Banco da Amazônia, que tem cobrado taxa de IPCA mais 1,95%. A companhia terá direito a uma receita fixa anual de R\$ 429 milhões durante os 15 anos da concessão. "O 'payback' é curto, o que garante um retorno atrativo. Era um projeto emergencial, o que aumenta o risco e exige um retorno maior", disse Habibe. A Eneva foi assessorada pelo Citi na operação.

Outro destaque do certame foi a contratação de dois empreendimentos híbridos da Brasil Biofuels (BBF) utilizando óleo e palma como biocombustível. Um deles, de 1,4 MW, vai associar o biocombustível à energia solar fotovoltaica. O outro, de 13,3 MW, vai associar óleo de palma a biomassa e vai permitir que a BBF reaproveite equipamentos que tinha comprado para um projeto semelhante contratado em 2010, em um leilão que acabou nunca saindo do papel. "Temos a expectativa de entrar em operação até abril de 2020", disse Milton Steagall, presidente da BBF.

Também são movidas a biomassa, dessa vez usando como combustível o cavaco de madeira, as quatro usinas de 8,1 MW contratadas pela Uniagro. Eduardo Fleury, sócio do escritório FCR Law, que representa a Uniagro, explicou que se trata de uma empresa criada para participar do certame a fim de explorar plantações de acácia na região. Os sócios são fundos de investimento estrangeiros reunidos na Arena Wealth Management. Um sócio financeiro deve entrar na empresa no próximo mês e deve compor a direção da Uniagro.

"Pelo lado da segurança do sistema, o leilão foi bom", disse Thais Prandini, diretora da Thymos Energia. Em termos de custo, o certame também foi positivo. Segundo o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, os projetos foram contratados com preço médio de R\$ 833 o MWh, redução de 35% em relação ao preço médio do parque atual, de R\$ 1.287 o MWh.

A maior parte dessa energia é custeada por todos os investidores por meio do encargo setorial Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, que foi relator do processo do leilão, disse que deve haver economia dos encargos, mas não se sabe ainda qual será a economia efetiva, uma vez que isso dependerá da carga de Roraima. "A redução só será verificada a partir do início da operação", afirmou.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, não estava no certame por estar em viagem, mas destacou ao **Valor** a importância estratégica do resultado do leilão. Para ele, "vai elevar Roraima a um novo patamar de segurança energética", o que será no futuro complementado com a entrada do linhão que ligará Manaus a Boa Vista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/06/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Barragem da Vale em MG

Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), em informação de ontem da Agência Brasil, a velocidade de movimentação do talude norte da mina Gongo Soco, da Vale, em Barão de Cocais (MG), segue na média de 42 centímetros por dia. Até o momento não foi possível catalogar os deslocamentos em pontos isolados e permanece ainda a tendência de escorregamento do talude para o fundo da cava. Segundo o Corpo de Bombeiros do estado, 27 militares estão na região da Barragem Sul Superior, de prontidão, com 10 viaturas. A preocupação

com o desabamento do talude é de que a vibração causada provoque a o rompimento da barragem de rejeitos. Caso isso ocorra, em cerca de cinco minutos o distrito de Barão de Cocais pode ser atingido. O talude é um paredão que fica acima da cava de mineração na Mina de Gongo Soco, que está paralisada.

Light avalia oferta de ações

A Light, distribuidora de energia do Rio de Janeiro, informou na sexta-feira à noite, em fato relevante, que considera a possibilidade de fazer uma oferta pública primária de ações, com esforços restritos de distribuição. Segundo a companhia, a oferta deve ser realizada "no Brasil e no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América". A empresa, controlada pela Cemig, afirma ainda que a oferta poderá contar também com uma parcela secundária dos acionistas da companhia. Os recursos captados com a eventual oferta primária de ações serão destinados principalmente à redução do endividamento da Light.

Taesa conclui aquisições

A empresa de transmissão de energia Taesa informou na sexta-feira que concluiu a aquisição de participações em ativos desse segmento detidas pela Eletrobras. O desembolso total foi de R\$ 153,1 milhões. A Taesa comprou 49,71% da Brasnorte, pelo valor de R\$ 75,6 milhões. Adquiriu ainda 24,5% da Companhia Transirapé de Transmissão, 24% da Companhia Transleste de Transmissão e 25% da Companhia Transudeste de Transmissão, no total de R\$ 77,5 milhões. Com a operação, a empresa passou a deter 88,37% da Brasnorte e 54% do grupo Transmineiras (Transirapé, Transuleste e Transudeste).

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	03/06/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

OPA de ações da Comgás

O grupo Cosan, controlador da Comgás, distribuidora paulista de gás canalizado, informou na sexta-feira que, após ajustes pela taxa Selic, o preço da oferta pública de aquisição (OPA) de ações ordinárias da empresa ficou definido em R\$

83,16 por papel. O leilão da OPA está marcado para amanhã, dia 4. O objetivo é adquirir todas ações em circulação, que representam 2,03% do capital social.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/06/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Solução para um mundo em transformação

A privatização da Eletrobras continua causando debates e polêmicas. A mais recente vem de apoiadores que defendem a separação das quatro grandes subsidiárias da Eletrobras e a venda em separado de oito empresas, segregando-se as atividades de geração e transmissão. O argumento é que devido ao tamanho da Eletrobras, a descotização irá criar uma empresa com poder de mercado que impedirá o pleno funcionamento do mercado competitivo e que a alienação desagregada das controladas irá produzir receitas maiores para o erário e, que por sua vez, a Eletrobras, ainda que sob controle privado, continuaria dominando o mercado de energia, com 30% da capacidade de geração e 50% da transmissão do país.

Há de se considerar, entretanto, que a Eletronuclear e a UHE Itaipu, por determinação constitucional ou por força de dispositivo no tratado de Itaipu, devem permanecer como ativos de uma empresa estatal. Adicionalmente, existem outros ativos de geração da Eletrobras cuja energia esta fora do mercado competitivo. Neste contexto, a Eletrobras, que atualmente, possui 14% do mercado competitivo, com a descotização, passará a ter uma participação relativa no mercado da ordem de 24%.

Para efeito de comparação internacional, na Colômbia, (sistemas hidrotérmico), onde o mercado de energia elétrica é baseado em despacho por ofertas e onde existe uma bolsa de energia dinâmica e atuante, três empresas, EPM (23%), Emgesa (22%) e Isagen (23%) detêm juntas 68% do mercado de geração, não existindo qualquer indício de abuso de poder econômico.

Na Nova Zelândia, 90% do mercado de geração é composto por quatro empresas, Contact Energy (20,9%), Genesis Energy (25,8%), Meridian Energy (13,6%) e Mercury Energy (19%). E, por fim, na Austrália, outro sistema hidrotérmico, o mesmo acontece, as quatro maiores empresas são responsáveis por 85% da capacidade instalada.

No segmento de transmissão, temos um monopólio natural totalmente regulado. A competição na transmissão ocorre por meio da realização de leilões públicos de outorga de novas concessões em que a participação de uma

empresa eficiente com capacidade de aportar recursos e obter financiamentos no mercado nacional e internacional terá como consequência uma maior competição nestes leilões e, portanto, menores tarifas para o consumidor.

Outro benefício da transformação da Eletrobras em uma corporação tem por base estudos que demonstram que existe uma alta correlação entre o crescimento do mercado de capitais e o crescimento da economia.

Empresas privatizadas via democratização do capital são as empresas mais valiosas em 7 dos 10 maiores mercados

A Austrália, que adotou com estratégia de desestatização a alienação de suas empresas por meio do mercado de capitais, na década de 90, atraindo a poupança dos pequenos investidores, apresentava um market cap da ordem de 45% do PIB. Em 2018, último dado disponível, o mercado de capitais australiano representa 108% do PIB, para um PIB de cerca de 80% do PIB brasileiro. No mesmo ano de 2018, o valor das empresas brasileiras na bolsa representa apenas 46% do PIB. Quando se compara a evolução do PIB desses países verifica-se que o primeiro apresenta um comportamento de crescimento mais sustentável ao longo do período.

Na Itália, a democratização do capital da Enel e de outras empresas estatais, permitiu o aumento do número de empresas listadas em 14%, e o volume de negócios aumentou 133% em relação ao período pré-democratização do capital, criando novas alternativas para a alocação da poupança das famílias e para a captação de recursos para as empresas e tornando a Enel uma empresa que investe em energia em quatro continentes.

De uma maneira geral, é possível afirmar que as empresas privatizadas por meio da democratização do capital são as empresas mais valiosas em sete dos dez maiores mercados de capital do mundo, sendo a maior parte delas empresas do segmento de energia.

Empresas estrangeiras tais como: Engie, Enel e EDP, que operam no Brasil e são hoje objeto de admiração e respeito por sua eficiência, disciplina de capital e rentabilidade, todas são corporações que iniciaram suas história como empresas estatais restritas a seus países de origem com sérios problemas de eficiência e intervenções de toda a ordem.

Neste contexto, a transformação da Eletrobras em uma corporação trará os mesmos benefícios usufruídos pelas empresas anteriormente mencionadas, preservando a sua identidade e garantindo a sua competitividade.

Quanto à afirmação de que a alienação por partes da empresa induziria a uma receita maior para o erário, é na melhor das hipóteses, equivocada. Algumas

das empresas, de fato, teriam atratividade no mercado. Porém deve-se considerar que a competição na oferta irá reduzir o valor dos ativos dado que pelo porte apenas poucos investidores estratégicos teriam capacidade financeira de assumir a compra destes ativos. Porém, é sabido que outras empresas Eletrobras com receita relativamente baixa e alto nível de contingências não receberão qualquer atenção do mercado. Sem considerar que dívidas milionárias como o empréstimo compulsório (R\$ 18 bilhões) permanecerão sob a responsabilidade da Eletrobras, que no final das contas irão recair no erário público.

Inúmeros são os exemplos de desestatização por meio de oferta de ações que lograram demandas muito superiores à oferta proporcionando prêmios de venda expressivos. Por exemplo, a privatização por meio de oferta pública de ações da British Telecom no Reino Unido proporcionou uma demanda nove vezes superior à oferta, atingindo um valor de venda de US\$ 4,8 bilhões. Por sua vez, no IPO da British Gas, a demanda foi quatro vezes superior à oferta, fazendo com que o valor de venda fosse superior a US\$ 8 bilhões. O IPO da Enel, na Itália, em 1999, atingiu o montante de US\$ 4,8 bilhões, para a venda de 33% das ações, sendo o maior valor atingido na época. Posteriormente, em 2004, 16,4% das ações remanescentes foram vendidas por meio de oferta pública de ações.

Em 1993, a desestatização da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), por meio da oferta pública de ações, apresentou uma demanda cinco vezes superior à oferta, totalizando US\$ 4 bilhões, sendo esse, um dos maiores valores já alcançado pela desestatização de ativos na América Latina.

Não devemos olhar para o passado para buscar soluções para um mundo em transformação. O futuro nos espera e devemos estar preparados com soluções criativas e que possam trazer benefícios para todos.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Estevão Taiar | De São Paulo

Título: É contraproducente BC agir antes da reforma

A combinação entre falta de articulação política do governo, queda dos investimentos e riscos externos subestimados pode fazer com que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça menos do que 0,8% em 2019, na avaliação de Solange

Srour, economista-chefe da ARX Investimentos. "Este ano, do jeito que está, já foi perdido", afirma. Nos cálculos da economista, a retração de 0,2% da atividade nos primeiros três meses do ano deve ser seguida por algo próximo da estabilidade no segundo trimestre, o que, estatisticamente, dificultaria uma expansão próxima de 1%.

Ainda assim, mesmo que a reforma da Previdência seja aprovada, Solange sugere cautela ao Banco Central para decidir se vai ou não cortar os juros. "Enquanto a Previdência não for aprovada, não há espaço nenhum para cortes. Se a reforma for o que o mercado vê como insuficiente, pode trazer um aumento de aversão ao risco. Isso aumenta os prêmios dos ativos: os juros vão subir, o câmbio vai acabar se depreciando", observa. "É difícil dizer: se passar algo perto de R\$ 600 bilhões a R\$ 700 bilhões [de economia em dez anos], haverá espaço. Não sei, depende dos reflexos que isso tem nas projeções."

Ela ainda destaca os efeitos negativos que o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da privatização da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobras, pode ter sobre a atividade. A sessão está marcada para quarta-feira. "Se o STF toma uma decisão que retarda concessões e privatizações, o crescimento esperado para 2020 e 2021 cai", afirma. "Essa decisão é muito relevante, e não estão relacionando com o crescimento", afirma Solange.

A seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *Qual a sua avaliação sobre o PIB do primeiro trimestre?*

Solange Srour: O que vale destacar é a fraqueza dos investimentos, que realmente tem retardado a retomada. Estão 29% abaixo do nível pré-recessão, nem repondo a depreciação. É bastante chocante e difícil de ser revertido rapidamente. O governo poderia começar a incentivar essa inversão, que só será sustentável se aprovarmos uma série de reformas. O começo deve vir com a reforma da Previdência, cuja aprovação está um pouco atrasada em relação ao que era esperado. O governo começou mais conturbado, com dificuldade na articulação. Há uma expectativa de que a reforma passará, mas a gente não sabe nem quando e nem como. E essa reforma também não é suficiente, porque os investimentos só crescerão de forma sustentável quando diversas reformas forem aprovadas. Não só a tributária, mas outras que aumentem a produtividade: abertura comercial, a MP do Saneamento, mais alterações nas leis trabalhistas e concessões e privatizações. O consumo das famílias só deverá voltar a aumentar de maneira mais sustentável quando tivermos renda. Há incerteza em relação à renda, que está muito contida, porque o desemprego está muito elevado. Quem vai dar início ao crescimento de fato é o investimento.

Valor: *Mas há algo no curto prazo que o governo pode fazer?*

Solange: Eles podem fazer várias coisas, que não precisam passar pelo Congresso. São atos do Executivo. Várias delas foram bastante trabalhadas no governo Temer. Poderiam ser processadas nos 100 primeiros dias de governo, como foi anunciado por eles. Medidas de desburocratização, desregulamentação e de abertura comercial, que não foram feitas. Não sei o motivo, talvez não queiram fazer nada antes da Previdência, talvez a própria mudança na estrutura administrativa do ministério que fundiu Fazenda e Planejamento tenha desorganizado um pouco a máquina. Obviamente a reforma tributária precisa passar pelo Congresso, mas a gente nem sabe qual é a reforma do governo. O secretário da Receita [Marcos Cintra] falou uma coisa, mas o governo não endossou. Temos uma reforma encaminhada pelo Congresso. Então existe uma incerteza sobre a reforma tributária que poderia ser diminuída e melhorar a confiança. Ela passa pelo Congresso, leva tempo, mas não há nem um esboço direito.

Valor: *Mas essas medidas teriam um impacto rápido?*

Solange: Não acho que nada será rápido. No início do governo, depois das eleições, houve um impacto positivo de expectativas. A confiança subiu, mas não foi sustentável. Caso isso tivesse se sustentado, a atividade já estaria melhor. As medidas prometidas não foram anunciadas e o governo se mostrou fraco na articulação política, colocando em dúvida a efetividade da proposta da Previdência e das demais que seguiriam. Se de alguma forma a da Previdência falhar em tamanho e calendário, se for aprovada muito lá na frente, a dúvida cairá sobre as outras reformas liberais. Todas acabam de certa forma afetando grupos de interesse. A tributária afeta bastante, a abertura comercial também, privatizações. Então essa lentidão para implantar uma articulação política efetiva causou uma quebra da confiança. A gente vê a confiança da indústria caindo, a construção civil. Poderia ter sido melhor, se houvesse clima de que as reformas sairão, de que o governo conseguiu construir uma base de apoio. Nada disso foi feito até agora, pelo contrário. O atraso é uma sinalização de um governo que atrasará também todas as reformas. Aquele choque de medidas prometidas para os 100 primeiros dias também não foi feito, talvez uma ou outra coisa.

Valor: *Então uma recuperação mais forte não deve vir tão cedo?*

Solange: Não deve vir tão cedo. A única chance seria se, por algum motivo, houvesse uma harmonia enorme entre os Poderes que acelerasse o trâmite da Previdência e aprovasse uma reforma próxima ao que o [ministro da Economia, Paulo] Guedes apresentou. Isso é muito difícil. Este ano, do jeito que está, já foi perdido. Mesmo se houvesse uma recuperação forte do crescimento, ele ficaria

abaixo de 1%. Calculamos alta de 0,8%, mas os antecedentes do segundo trimestre estão ruins. O viés [anual] é de baixa.

Valor: *O mercado agora está aparentemente menos pessimista com o governo...*

Solange: Essa relação com o Congresso é muito de idas e vindas e o governo acaba perdendo parte da agenda fiscal, liberal, a troco de nada. Por falta de capacidade de articular, dar cargos, emendas, mas também porque eles bobeiam. A gente vê declarações dos presidentes da Câmara, do Senado, dos próprios líderes de partido, que refletem isso. O governo não está atento nem à pauta que o Congresso está levando nem articula para MPs importantes, de seu interesse, passarem. A reforma da Previdência passará, mas ela não será um grande alavancador de crescimento. O cenário pós-aprovação é de um país que continua em crise política, com um governo fraco. A reforma não será sinal de um governo forte. E com uma pauta sendo comandada pelo Congresso, que obviamente tem uma parte de reforma liberal, como a tributária, mas também tem uma parte de "pauta bomba", como ajudar Estados, mudar o indexador de dívidas. Existe uma parte que o governo não controla que não é tão positiva assim.

Valor: *Qual a percepção sobre a atividade no segundo trimestre?*

Solange: A expectativa para o segundo trimestre no início do ano era de crescimento perto de 0,5%. Hoje, é perto de estabilidade, até com risco de queda. A piora foi generalizada. O Caged foi um pouco melhor, mas os resultados da indústria, varejo, índices de confiança, crédito e os serviços estão muito fracos. Até houve retomada em abril, de alguns dados que tinham caído muito em março, por causa do Carnaval. O Caged foi fora da curva. Um dado só não significa nada. Ainda temos o risco de o cenário externo ser mais turbulento.

Valor: *Por que esse risco?*

Solange: Estou vendo uma desaceleração maior da economia mundial daqui para a frente, devido à toda incerteza ligada à guerra comercial. Essa questão vai muito além da guerra comercial, é geopolítica, de guerra por tecnologia, preponderância global. Mesmo que a guerra comercial tenha um alívio, a aversão ao risco continuará forte por um período. Já vemos uma desaceleração maior nos EUA. O mercado já está precificando duas quedas de juros lá neste ano, de 25 pontos-base cada uma. A inflação corrente está bem tranquila. A guerra comercial, que está afetando muito o crescimento da Ásia, também deve afetar mais a Europa. Vários bancos têm aqueles indicadores contemporâneos, que vão calculando um PIB em tempo real. Isso já está caindo. As projeções oficiais ainda não, mas tudo indica que começarão a cair.

Valor: *Tarifas dos EUA sobre o México agravariam esse quadro?*

Solange: A situação piorou ainda mais depois dessa ameaça. Não é só China e México. [O presidente americano Donald] Trump também está mais agressivo com a Europa. A situação está se tornando mais incerta para os próximos trimestres, não é algo que deve melhorar no curto prazo. Mesmo que haja algum recuo em relação ao México ou à China, esse pano de fundo geopolítico nebuloso permanecerá. Estou mais preocupada com o cenário externo do que a média do mercado está. O Brasil não colheu os frutos da bonança, quando o mundo estava crescendo. Esse risco pode levar o PIB mais para baixo no fim deste ano e no ano que vem. Deveríamos estar aproveitando para acelerar a reforma.

Valor: *Novos cortes de juros ajudariam a atividade agora?*

Solange: Enquanto a Previdência não for aprovada, não há espaço nenhum para cortes. Se a reforma for o que o mercado vê como insuficiente, ela pode trazer um aumento de aversão ao risco. Isso aumenta os prêmios dos ativos: os juros vão subir, o câmbio vai acabar se depreciando. Seria muito contraproducente o BC agir anteriormente à reforma, porque pode acabar botando mais lenha na fogueira, dar mais gás para uma depreciação cambial. Passa a ser visto como um BC leniente, que perde credibilidade. Passando a Previdência, dependerá muito dos reflexos que esse evento terá sobre as expectativas. O BC deveria tomar algum tempo analisando, depois que ela passar no primeiro turno na Câmara, os efeitos sobre as expectativas de inflação, confiança dos agentes. Não consigo dizer hoje se há espaço, como alguns analistas dizem, sem saber o resultado da Previdência e os impactos sobre a economia e as expectativas. É difícil dizer: se passar algo perto de R\$ 600 bilhões a R\$ 700 bilhões [de economia em dez anos], haverá espaço. Não sei, depende dos reflexos que isso tem nas projeções de PIB e inflação. Com o mundo tão incerto, primeiro a gente tem que esperar. Não vejo a política monetária como a causa do ou a solução para o crescimento baixo.

Valor: *Quando a reforma pode ser aprovada?*

Solange: O ideal seria o mais cedo possível. Acho que na Câmara seria em agosto. Não dá tempo de a Comissão Especial terminar os trabalhos até o início de julho. Tem muita notícia de membros importantes do Congresso falando que vão passar, vão adiantar. É tudo jogo político. O que a gente está vendo é um aumento do número de sessões, discussões. Por isso, o mais rápido possível seria no início de agosto, fim de julho, depois do recesso. O tamanho da reforma certamente não pode ser o mesmo da reforma que o governo Temer estava quase aprovando. Já perdemos quase três anos, o PIB nesse período foi pífio e as contas fiscais estão estruturalmente piores. Mas algo entre R\$ 700 bilhões e

R\$ 800 bilhões seria muito bem recebido pelo mercado e daria a impressão de que as outras reformas andarão também, o que pode dar aquele choque de confiança. Abaixo de R\$ 600 bilhões ficará aquele sentimento de que o governo parou, que é fraco, que a reforma foi o mínimo que o Congresso fez para não haver uma crise elevada, e a economia continuaria patinando. Para ser um gatilho, precisaria ser no mínimo R\$ 700 bilhões e R\$ 800 bilhões.

Valor: *Há algo do lado da demanda que pode ser feito?*

Solange: Essas medidas temporárias podem até gerar um crescimento um pouco melhor em um ou dois trimestres, mas não têm efeito permanente. A liberação de recursos do PIS pode adiantar por um período pequeno, mas ela morre, como foi com o FGTS. Precisamos focar no estrutural. A decisão do STF em relação à privatização é muito relevante para o crescimento. Se o STF toma uma decisão que retarda concessões e privatizações, o crescimento esperado para 2020 e 2021 cai. O Brasil não tem segurança jurídica nenhuma. Essa decisão é muito relevante, e não estão relacionando com o crescimento. Ela tem total relação com o crescimento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/06/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: ANP prevê queda em royalties em São Paulo

Governo paulista trabalha ainda com previsão de alta de arrecadação; Rio ainda é o campeão

O pré-sal é promissor, mas ainda não produz os efeitos esperados no caixa de São Paulo. A projeção da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) para o Estado, pelo contrário, é de queda na arrecadação de royalties nos próximos cinco anos. A redução será de R\$ 686,3 milhões para R\$ 456,9 milhões até 2023. Segundo Felipe Kury, diretor da agência, a exploração das áreas de pré-sal ainda vai avançar bastante.

"Uma década é um prazo interessante de quebra de paradigma", diz ele. A perspectiva é que 170 plataformas estejam produzindo no Brasil daqui a uma década, crescimento de 70%, diz Kury, tentando dimensionar o que vem pela frente. Com a evolução dos projetos, principalmente no litoral paulista e sul fluminense, o esperado é que o País esteja entre os cinco primeiros produtores de petróleo e gás no mundo.

No curto prazo, até 2023 o deslocamento dos royalties ainda está limitado ao Estado do Rio. Ocorrerá do norte fluminense, onde estão os campos maduros

da Bacia de Campos, para as cidades da Região dos Lagos, principalmente, para Maricá, que a cada ano recebe mais dinheiro do benefício. Em 2023, vai ocupar o topo da lista das cidades mais beneficiadas, com R\$ 1,12 bilhão de arrecadação, segundo a projeção da ANP. O motivo é o supercampo de Lula, localizado no pré-sal, hoje o maior produtor nacional.

Por décadas, os municípios do Norte Fluminense, principalmente Macaé e Campos, ficaram com quase a totalidade das compensações financeiras da indústria de petróleo e gás. O cenário mudou com a descoberta do pré-sal, mas não a ponto, ainda, de tirar o Rio da dianteira da arrecadação. O Estado deve receber R\$ 5,2 bilhões em 2019 e R\$ 8 bilhões daqui a cinco anos.

Fazenda de SP. A Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo nega que vá haver uma queda de arrecadação. Suas contas consideram também o pagamento de participações especiais pelas empresas petroleiras. A participação especial, paga pelo desempenho de grandes campos produtores, gera, atualmente, 70% das receitas do petróleo destinadas aos municípios e ao Estado de São Paulo. A projeção informada pelo governo paulista é de recolhimento de R\$ 2,4 bilhões por ano, considerando um cenário de estabilidade da produção.

"Para que ocorresse hipotética e eventual redução na previsão de receita, precisaria haver uma forte retração na exploração ou nos preços de petróleo, o que ainda não é provável nesse momento, a partir das melhores projeções disponíveis", disse a secretaria, em nota. "Adicionalmente, pode haver aumento da receita com royalties diante da perspectiva de produção dos novos campos, que ainda entrarão em operação."

Já a ANP afirmou que o recolhimento de São Paulo vai cair "em função da queda dos volumes de produção de petróleo e de gás natural, declarados pelas empresas, nesse período".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/06/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Um desastre em vermelho

O Brasil ficaria na miséria, se tivesse de pagar em um ano os R\$ 5,48 trilhões devidos pelo governo geral. Esse débito corresponde a 78,8% do Produto Interno Bruto (PIB), isto é, dos bens e serviços produzidos em 12 meses – comida, roupas, carros, celulares, assistência médica, remédios, sabonetes,

transportes, água tratada e jogos de futebol, para citar só alguns itens muito fáceis de lembrar. Um desastre como esse dificilmente ocorrerá, porque os vencimentos são distribuídos em vários anos, mas é preciso levar a sério aqueles números.

Muito a sério, porque são bem piores que os da maioria dos países emergentes. Além disso, são acompanhados e avaliados com atenção por financiadores e investidores nacionais e internacionais. Se ficarem assustados, o setor público terá problemas enormes para se financiar e o resultado mais provável será uma crise enorme. Manter longe o risco de insolvência, preservando a credibilidade do Tesouro, é o desafio mais crucial do governo.

A tarefa consiste, essencialmente, em conter o endividamento. A proporção entre a dívida e o PIB é a maior da série iniciada em 2006. A menor relação ocorreu em dezembro de 2013, quando ficou em 51,5%. A dívida só será contida para valer quando for possível pagar pelo menos os juros vencidos no ano. Para isso o setor público precisará fechar suas contas com superávit primário, isto é, com uma sobra antes dos juros.

Isso dependerá de um severo controle dos gastos obrigatórios. Esses gastos vêm sendo inflados, há anos, principalmente pela Previdência. Sem a reforma das aposentadorias, o buraco do sistema previdenciário acabará absorvendo todo o conjunto das contas públicas.

O setor público acumulou um déficit primário de R\$ 95,58 bilhões nos 12 meses até abril. Nesse período, o governo central, os governos de Estados e municípios e também as estatais conseguiram um superávit primário conjunto, mas esse dinheiro foi engolido pelo buraco de R\$ 198,82 bilhões do INSS. O superávit primário do governo federal, de R\$ 86,61 bilhões nesse período, foi acumulado pelo Tesouro, graças à contenção de gastos, principalmente discricionários, e a algum aumento de arrecadação. Mas esse esforço tem sido e continua insuficiente para compensar o déficit crescente da Previdência.

Sem dinheiro para cobrir sequer os juros vencidos, o setor público, representado pelas contas dos governos central, dos Estados, dos municípios e das estatais (excetuadas a Petrobrás e a Eletrobrás), acumulou em 12 meses um déficit nominal de R\$ 485,07 bilhões, soma equivalente a 6,98% do PIB. Proporções acima de 3% são consideradas inaceitáveis na maior parte do mundo.

A piora do quadro é inevitável, enquanto faltar, nas contas anuais, dinheiro até para cobrir os juros. Ninguém deve entusiasmar-se quando surge algum efêmero superávit primário, como ocorre, em geral, nos primeiros meses de cada ano. Tem sido um fenômeno meramente sazonal. Em abril houve um

superávit desse tipo, de R\$ 6,64 bilhões, nas contas consolidadas do setor público. Nos primeiros quatro meses o resultado também foi positivo, com uma sobra de R\$ 19,97 bilhões. Mas nesse período o déficit do INSS, de R\$ 65,10 bilhões, já quase anulou o superávit do Tesouro Nacional, de R\$ 65,96 bilhões. No conjunto, o resultado primário positivo foi garantido pelos entes subnacionais e pelas estatais.

Enquanto as contas primárias permanecem no vermelho, os juros se acumulam. Como consequência, a dívida do governo geral, formado pelas administrações da União, dos Estados e dos municípios, continua aumentando como porcentagem do PIB. Pelos últimos cálculos da Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado, esse quadro só começará a mudar em 2024, no segundo ano do próximo mandato presidencial. Isso ocorrerá mesmo com uma razoável reforma da Previdência. Enquanto o desajuste permanece, o buraco previdenciário continuará sugando volumes enormes de dinheiro e impedindo gastos em educação, assistência médica, pesquisa, saneamento, infraestrutura, justiça e segurança.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: » No...

Coluna do Estadão

A Agência Nacional de Águas (ANA) inicia hoje uma consulta pública para tentar baratear os gastos com energia elétrica na Transposição do São Francisco, responsável por 70% dos custos de operação.

» ...atacado. Por enquanto, a sugestão da agência é os Estados receptores preverem o consumo do ano corrente e os dois seguintes para a Codevasf poder comprar a energia em grandes quantidades. Hoje, a previsão é só para o mês.

JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 03/06/2019****Seção: Política****Autor:****Título: Governadores buscam aporte de R\$ 15 bi para este ano**

No dia 24 de maio, durante reunião no Recife, o presidente Jair Bolsonaro respondeu com uma brincadeira ao pleito dos 11 governadores da região abrangida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – a maioria, da oposição. "Passem uma caneta que eu assino já", disse Bolsonaro na ocasião. O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), entrou no clima da brincadeira e em minutos redigiu a minuta de um projeto de lei. Bolsonaro, logicamente, não assinou o papel, mas anunciou um aporte extra de R\$ 4 bilhões ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e se comprometeu a levar adiante o pedido dos governadores.

Eles pleiteiam acesso em caráter emergencial, por causa da crise econômica que atinge diretamente as administrações estaduais, a 30% dos recursos existentes nos fundos constitucionais de desenvolvimento das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste para obras de infraestrutura. Esses fundos somam mais de R\$ 46 bilhões. Caso a proposta seja efetivada, os Estados teriam quase R\$ 15 bilhões a mais nos cofres ainda este ano. Hoje os recursos só podem ser liberados diretamente para empresas e agricultores inscritos nos programas regionais de crédito. Este é o projeto mais ambicioso nascido dos novos consórcios regionais e o apoio do governo significa uma importante vitória dos Estados que podem ser beneficiados.

Com apoio do governo federal, a proposta foi aprovada pelos conselhos deliberativos das respectivas regiões e agora está em fase de elaboração no Ministério do Desenvolvimento Regional. "Quanto ao pleito apresentado pelos governadores do Norte e do Centro-Oeste, o Ministério do Desenvolvimento Regional recebeu a proposta de resolução dos conselhos deliberativos e, agora, está trabalhando para definir os procedimentos e identificar os ajustes normativos necessários à viabilização dessa proposta", informou a pasta, por meio de nota.

Para o ministro Gustavo Canuto, a liberação do recurso é importante para o desenvolvimento da região Nordeste. "É importante destacar que esse crédito está disponível para setores diversos da economia e pode atender desde o pequeno agricultor familiar a grandes empreendimentos na região. Estamos falando, também, de obras de logística e de iniciativas para a geração de energia elétrica com fontes limpas, por exemplo. É um recurso que auxilia bastante o desenvolvimento do Nordeste", disse. / R.G., P.B. e P.V.

MME / ASCOM .